

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 4.155, DE 2012

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

**Autor:** Deputada FÁTIMA PELAES

**Relator:** Deputada SANDRA ROSADO

### I - RELATÓRIO

A ilustre Deputada Fátima Pelaes, através da Proposição em epígrafe numerada, pretende modificar o Código de Processo Penal, com o intuito de fazer constar, na relação de jurados e nos integrantes do tribunal do júri, número razoável de pessoas do sexo feminino.

Alega, em síntese, que:

*“O presente projeto de lei cuida de dispor sobre a composição do Tribunal do Júri e do Conselho de Sentença na hipótese de crime doloso contra a vida relacionado à violência doméstica e familiar e praticado contra mulher, de modo a assegurar que o Conselho de Sentença seja integrado por, no mínimo, três jurados do sexo feminino...”*

A esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania compete analisar a proposta sob os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, sendo a apreciação conclusiva (art. 24, II do Regimento Interno).

Não foram apresentadas emendas, no prazo regimental.

É o Relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

A matéria sob comento encontra-se de acordo com a nossa Constituição Federal; art. 22, nada há que impeça a iniciativa de lei por parte de parlamentar; e não atenta contra quaisquer princípios esposados por nossa Magna Carta.

O projeto é constitucional nesses aspectos.

Não há, outrossim, injuridicidade.

A técnica legislativa é adequada, mas poderia ser melhor formulada, de modo a não ficar repetitiva. Ora, se todas as alterações serão feitas no CPP, não há necessidade de que em todos os artigos se fique repetindo que o artigo tal do Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 – deve vigorar com a seguinte redação. Bastava determinar que o Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal – passaria a vigorar com as seguintes alterações, separando-se com pontilhados os dispositivos que não seriam alterados.

Quanto ao mérito, cremos deva ser aprovada.

A constituição do tribunal do júri, mormente nos casos de crimes dolosos contra mulheres praticados no recinto doméstico, não deve ser feita tão-somente por homens. Deve-se garantir a presença de mulheres em sua composição para garantir um resultado isento de tendenciosidade dos julgamentos relativos a crimes contra as mulheres.

A nobre autora começa as alterações relacionando homens e mulheres, mas em dispositivos outros fala em sexo feminino.

Cremos que o mais adequado seria relacionar homens e mulheres, não sexos.

Pelo exposto, há oportunidade e conveniência na aprovação da matéria.

Nosso voto é, então, pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e no mérito pela aprovação do Projeto de Lei n.º 4.155, de 2012, na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em            de            de 2014.

Deputada SANDRA ROSADO  
Relatora

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### SUBSTITUTIVO PROJETO DE LEI Nº 4.155, DE 2012

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a composição do Tribunal do Júri e do Conselho de Sentença na hipótese de crime relacionado à violência doméstica e familiar praticado contra a mulher.

Art. 2º O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal – passa a vigorar com as seguintes alterações:

*“Art. 425. Anualmente, serão alistados pelo presidente do Tribunal do Júri de 800 (oitocentos) a 1.500 (um mil e quinhentos) jurados nas comarcas de mais de 1.000.000 (um milhão) de habitantes, de 300 (trezentos) a 700 (setecentos) nas comarcas de mais de 100.000 (cem mil) habitantes e de 80 (oitenta) a 400 (quatrocentos) nas comarcas de menor população, distribuídos igualmente entre homens e mulheres.  
..... (NR)”*

*“Art. 433. O sorteio, presidido pelo juiz, far-se-á a portas abertas, cabendo-lhe retirar as cédulas até completar o número de 30 (trinta) jurados, para a reunião periódica ou extraordinária.*

*§1º Na hipótese de crime relacionado à violência doméstica e familiar praticado contra mulher, o sorteio prosseguirá até que se complete o número mínimo de 15 (quinze) juradas.*

*§2º O sorteio será realizado entre o 15º (décimo quinto) e o 10º (décimo) dia útil antecedente à instalação da reunião.*

*§3º A audiência de sorteio não será adiada pelo não comparecimento das partes.*

*§4º O jurado não sorteado poderá ter o seu nome novamente incluído para as reuniões futuras. (NR)*

.....

*“Art. 447. O Tribunal do Júri é composto por 1 (um) juiz togado, seu presidente, e por 30 (trinta) jurados que serão sorteados dentre os alistados, 7 (sete) dos quais constituirão o Conselho de Sentença em cada sessão de julgamento. (NR)”*

.....

*“Art. 463. Comparecendo, pelo menos, 20 (vinte) jurados, entre os quais no mínimo 12 (doze) mulheres, quando se tratar de crime relacionado à violência doméstica e familiar praticado contra mulher, o juiz presidente declarará instalados os trabalhos, anunciando o processo que será submetido a julgamento.*

*..... (NR)”*

.....

*“Art. 467. ....*  
*Parágrafo único. Na hipótese de crime relacionado à violência doméstica e familiar praticado contra mulher, o sorteio prosseguirá até que se complete o número mínimo de 3 (três) juradas para compor o Conselho de Sentença. (NR)”*

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2014.

Deputada SANDRA ROSADO  
 Relatora